

São Paulo, 26 de Fevereiro de 2015

À

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado de Rio de Janeiro —
AGENERSA

Av. Treze de Maio, 23 – Edif. Darke – 23º Andar - Centro

CEP. 20031-902 — Rio de Janeiro — RJ

Ref. Consulta Pública sobre os Estímulos para a interiorização da distribuição de gás natural canalizado do Estado do Rio de Janeiro por meio do gás natural comprimido - GNC.

Os consumidores de gás natural, neste ato representados pela **Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimento – ANFACER**, tomando ciência do Aviso de Consulta Pública sobre os Estímulos para a interiorização da distribuição de gás natural canalizado do Estado do Rio de Janeiro por meio do gás natural comprimido - GNC, bem como a documentação disponibilizada, honrados com a oportunidade que essa r. AGENERSA lhes concedeu para conhecer e discutir os aspectos relativos ao assunto em epígrafe, entendem ser exíguo o prazo proposto em face da importância do tema, motivo pelo qual vem respeitosamente solicitar o adiamento da entrega das contribuições em 30 dias considerando que:

- O prazo concedido não é suficiente para que seja tomada uma decisão consciente sobre o mérito da proposta, posição que desejamos expor com mais propriedade após uma detalhada avaliação, onde seriam discutidos em detalhe os pontos positivos e negativos para a indústria e para o mercado de gás natural, visto que a decisão a ser tomada, por ser inédita, poderá vir a ser replicada em outros estados.
- A proposta está embasada numa Lei estadual de 2013 e entendemos que segundo ela, **qualquer cliente** significa qualquer consumidor residencial, comercial ou industrial.
- A Lei tem o intuito de permitir que consumidores distantes das redes de distribuição e onde elas seriam inviáveis financeiramente, possam vir a ser atendidos pela

concessionária de distribuição de gás canalizado através do fornecimento de GNC – gás natural comprimido - com as mesmas condições comerciais que aqueles atendidos pela rede distribuição, embora a ressalva de que seja aplicada em áreas onde existe inviabilidade de rede de distribuição não esteja expressa na lei.

- Nos locais onde a rede de distribuição é inviável, há a possibilidade de que o fornecimento através de GNC possa ter um aumento de custo menor que a construção dessa rede, embora também essa comparação não esteja sendo explicitada, nem na lei nem na proposta.
- Analisando, dentro do tempo concedido por essa AGENERSA, as fórmulas apresentadas na proposta das concessionárias identificamos uma anomalia, a qual, se confirmada, consideramos uma apropriação indébita da margem de distribuição, que será cobrada em duplicidade, pois será paga pelos consumidores atendidos pelo GNC e também será repassada para todos os outros via o Encargo Tarifário. De acordo com o nosso entendimento isso se dará pelos motivos abaixo explicados.
- Como os consumidores atendidos pelo GNC pagarão o mesmo valor que aqueles atendidos pela rede de distribuição, na sua tarifa já estará embutida a margem de distribuição da concessionária, embora este consumidor não esteja fazendo uso do sistema de distribuição. Além disso a referida margem de distribuição, quando calculada pelo Ente Regulador não considera o volume atendido por GNC. Dessa forma a concessionária estará recebendo uma remuneração maior à que faz jus, equivalente ao produto da margem de distribuição pelo volume de GNC comercializado.
- Para o cálculo do encargo que ora está sendo proposto, é considerada uma receita a ser compensada que inclui a somatória de todos os custos de compressão, transporte e descompressão do gás fornecido como GNC, definidos como os custos extras para o suprimento de GNC. Essa receita será então dividida pelo somatório do volume comercializado pela concessionária. Como esses consumidores não utilizaram a rede de distribuição, a parcela referente à margem de distribuição deveria ser deduzida dessa receita. Além disso não está claro na proposta que a somatória dos volumes inclua também aqueles comercializados como GNC.

- Essa medida é necessária para que sejam analisados em detalhe os pontos positivos e negativos para a indústria e para o mercado de gás natural, visto que a decisão a ser tomada, por ser inédita, poderá vir a ser replicada em outros estados.

Certos por contar com a atenção dessa r. Agência, a ANFACER, com vistas a contribuir com o citado procedimento preparatório, aguarda o acolhimento de seu pleito, ao tempo que renova os sinceros votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.



Luiz Pedro Biazoto

Consultor da ANFACER